

Política

MANDATO

SARNEY PREPARA NOVA OFENSIVA

Para evitar uma surpresa na votação das Disposições Transitórias, o presidente pediu até "vigília permanente" ao seu grupo.



Santana e os vice-líderes: um "colégio".



Newton: garantindo votos a Sarney.

ELEIÇÕES

O projeto vai à votação. Com muitos pontos pendentes.

Finalmente na próxima semana deverá chegar ao plenário da Câmara dos Deputados, depois de difíceis e longas negociações — mais de um mês — o projeto de lei regulamentando as eleições de prefeitos e vereadores a 15 de novembro próximo. Mesmo assim com muitos pontos pendentes nas normas eleitorais e na propaganda gratuita no rádio e televisão, que serão decididos no voto, através de emendas.

Os líderes partidários chegaram ontem a um acordo determinando que os pontos indefinidos serão tratados pelo relator — designado também ontem, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) — e com o compromisso de que os partidos vencidos no voto do plenário acatarão o resultado sem obstrução nem pedidos de verificação de quórum.

"O acordo político foi feito, as eleições estão garantidas e serão realizadas. Quanto ao acordo temático, este vai ser decidido no plenário, através de emendas", informou o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), articulador do projeto e das negociações das eleições desde o início.

A propaganda eleitoral gratuita foi assim definida na reunião de ontem: durante os 45 dias que antecederão a eleição, diariamente as emissoras de rádio e televisão cederão 90 minutos, sendo 45 minutos pela manhã e 45 minutos entre 20 e 22 horas. No caso de eleição em segundo turno (que poderá ocorrer somente nos municípios com mais de 200 mil eleitores e na hipótese de nenhum candidato conseguir maioria absoluta dos votos no primeiro turno), o projeto prevê mais 15 dias de propaganda, na meta-

de do tempo anterior (45 minutos, divididos em dois blocos), entre 29 de novembro e 13 de dezembro. O segundo turno eleitoral será no dia 15 de dezembro.

A propaganda nos locais de votação no dia da eleição (a chamada "boca de urna"), bem como a propaganda através de outdoors, serão decididas pelo voto em plenário, a partir do parecer de Cid Carvalho e de apresentação de emendas pelos diversos partidos.

Também ficaram abertos para votação no plenário os seguintes pontos:

1. Domicílio eleitoral: fixado em um an pela atual Constituição, o período está sofrendo resistências por prejudicar candidatos fortes, como o deputado Fernando Lyra (sem partido-PE), que somente há três semanas mudou o domicílio de Caruaru para Recife, onde pretende candidatar-se a prefeito.

2. Filiação partidária: o prazo vai até 14 de julho, véspera do início das convenções. Mas algumas lideranças resistem porque não permitiria opções aos candidatos derrotados nas convenções dos seus atuais partidos.

3. Candidaturas natas: só existem para senador, mas o projeto as prevê para os atuais vereadores, se candidatos a reeleição. Por esse dispositivo terão legenda garantida, sem disputar na convenção.

4. Municípios novos: o projeto vai determinar que os municípios criados até 15 de junho poderão realizar eleições a 15 de novembro. Mas o próprio líder Ibsen Pinheiro sugeriu a apresentação de duas

emendas com as datas alternativas de 15 de maio e de 15 de julho.

5. Proibição de contratações e demissões: fixada pelo projeto para os últimos seis meses antes das eleições, para evitar a corrupção eleitoral, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, propôs ampliar o prazo para nove meses.

6. Partidos novos: o projeto prevê que os partidos com no mínimo 30 parlamentares terão garantia de apresentação de candidatos e acesso à propaganda eleitoral, mas os parlamentares sem partido (saídos principalmente do PMDB) querem diminuir para no mínimo dez a exigência.

7. Prioridade na apuração: dos votos incompletos, atualmente, vão para a legenda partidária. No projeto, ficou a dúvida entre a prioridade para o nome incompleto, número ou legenda.

Uma das mais difíceis questões enfrentadas pelos líderes partidários — a divisão do tempo gratuito no rádio e na televisão — já foi decidida: um terço do tempo será distribuído igualmente entre todos os partidos com candidatos a prefeito e vereadores, inclusive aqueles que não têm representantes no Congresso Nacional, que terão 15 segundos diários, que poderão ser juntados em até três minutos; um terço distribuído proporcionalmente às bancadas partidárias no Congresso Nacional; e o terço restante distribuído entre as bancadas nas assembleias legislativas estaduais. Para efeito do cálculo das representações partidárias será considerado o quadro de representação partidária a 31 de agosto próximo.

Já pensando na votação das Disposições Transitórias que se aproxima e na qual será apreciada, entre outros temas polêmicos, a duração do mandato do presidente Sarney, o Palácio do Planalto já começou a armar sua estratégia para uma nova batalha na Constituinte: a viagem que o presidente faria entre os dias 18 e 20 próximos à Bolívia foi adiada e nos últimos três dias intensas articulações foram comandadas pessoalmente pelo próprio Sarney, que antontem reuniu oito ministros no Palácio da Alvorada, aos quais pediu "vigília permanente" nas sessões da Constituinte.

Oficialmente, porém, o porta-voz do presidente, Carlos Henrique de Almeida Santos, justificou o adiamento da viagem alegando "ajustes de pauta" que deverão ser feitos pelas chancelarias dos dois países. Em princípio, Sarney planeja viajar para a Bolívia no final de junho ou durante o mês de julho, quando se prevê o término dos trabalhos da Constituinte.

Para alguns assessores do presidente Sarney, a expectativa do governo, embora não configure um quadro de "preocupação aguda", é na verdade um reflexo das inquietações de parlamentares ligados ao bloco "sarneysista" na Constituinte. Por um pedido das lideranças, Sarney vai tentar evitar o esfacelamento do Centrão, abrindo sua agenda para receber parlamentares, uma tática que, segundo esses mesmo assessores, sempre funciona. Ontem, por exemplo, foram recebidos em audiência 45 parlamentares, muitos deles coordenadores de bancadas, que permaneceram no palácio quase quatro horas.

Para sua linha de frente nessa nova investida, Sarney conta com o apoio até agora não negado do governador de Minas, Newton Cardoso, que prometeu ao presidente os votos da quase totalidade da bancada do PMDB mineiro para o mandato de cinco anos. Newton foi recebido ontem em audiência no Palácio do Planalto e assegurou ainda o seu empenho pessoal para influir na definição do mandato em outras bancadas, assim como na articulação com os governadores. Otimista, ele disse acreditar numa "vitória tranquila para o presidente", apesar da "fragmentação do Centrão", e acrescentou que Sarney não fez nenhum apelo pessoal em favor de seu mandato, deixando para cada governador a iniciativa de "trabalhar junto às bancadas".

Já o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, outro da linha de frente para a "batalha" que se aproxima, reuniu-se ontem com deputados do PMDB, PFL e PTB com o objetivo de aumentar o leque de sustentação do governo na Câmara e na Constituinte, para a formação de um "colégio de vice-líderes", que dividirá as funções de apoio ao presidente e seu Ministério junto às lideranças partidárias, iniciativa que faz parte da estratégia armada para garantir os cinco anos de mandato. A reunião foi apenas uma prévia e o grupo espera ter novos adeptos até a próxima semana (ontem estiveram presentes 14 deputados), quando terão um encontro com o presidente Sarney.

O colégio de vice-líderes atuará informalmente, já que não possui respaldo regimental, mas o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos presentes ao encontro, confirmou que o grupo exercerá uma espécie de consultoria e fará a defesa do governo na Constituinte e na Câmara: "A orientação no momento do voto, o apoio a projetos governamentais, a articulação com as lideranças dos partidos serão tarefas a serem agora divididas".